
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

CLARA MAUERBERG DE BARROS

**CONTRADIÇÕES DO PROCESSO DE
ESCOLARIZAÇÃO:
JOVENS E PRIVAÇÃO DE LIBERDADE**



Rio Claro
2016

CLARA MAUERBERG DE BARROS

CONTRADIÇÕES DO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO:
JOVENS E PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

Orientador: Débora Cristina Fonseca

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Câmpus de Rio Claro, para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Rio Claro,
2016

370 Barros, Clara Mauerberg de
B277c Contradições do processo de escolarização : jovens e
 privação de liberdade / Clara Mauerberg de Barros. - Rio
 Claro, 2016
 38 f. : il., gráfs., tabs.

 Trabalho de conclusão de curso (licenciatura - Pedagogia)
 - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de
 Rio Claro
 Orientadora: Debora Cristina Fonseca

 1. Educação. 2. Estatuto da Criança e do Adolescente. 3.
 Medida socioeducativa. I. Título.

Aos meus avós Edgard Hermes Mauerberg e Nair Paschoalina Mauerberg, por serem os melhores exemplos de vida e por torcerem pelo meu sucesso.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à minha família, minha mãe Joelita, irmã Mariana e tia Elaine por me apoiarem desde o meu nascimento, por serem responsáveis pelo o que eu sou hoje e mostrarem o verdadeiro significado de amor e união.

Ao meu companheiro Andrey e amiga Carla por me motivarem, todos os dias, a nunca desistir.

Agradeço aos amigos e profissionais do SESI-083 pela minha formação inicial, pelo apoio que segue até os dias atuais e por me mostrarem o quão valioso é seguir o caminho para a educação.

Às amigadas que fiz na universidade, especialmente Rebeca, que foram fundamentais e que levarei por toda a vida.

Aos professores da graduação que me ensinaram novos olhares para a educação.

À minha orientadora Débora, que eu tive a sorte grande em conhecer no ano inicial da graduação, por orientar não somente os meus trabalhos, mas sim orientar em tantos outros aspectos da vida passando seus valiosos conhecimentos, que eu muito admiro.

Às colegas que fiz durante a participação em projetos de extensão e pesquisa, por toda a ajuda prestada.

À todos os profissionais do CREAS Casa II de Rio Claro, por abrirem as portas para que a minha pesquisa pudesse ser realizada, por serem sempre solícitos e por me mostrarem um pouco do incrível trabalho social.

Por fim, à todos os adolescentes que participaram da pesquisa. Ter a oportunidade de conhecer tantas histórias, angústias e anseios me transformou em uma nova pessoa, me fez refletir na profissional que eu quero ser. Vocês não fazem ideia do valor que cada um tem para mim.

RESUMO

Este trabalho busca compreender o sentido que a escola/educação tem para os jovens que estão em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é privado de liberdade os adolescentes autores de atos infracionais, com o objetivo de reeducá-los/discipliná-los para a vida em sociedade. Em uma perspectiva de pesquisa qualitativa, estão incluídos jovens que já passaram pela internação e cumprem a medida em meio aberto, com a obrigatoriedade de frequentar a escola. Será analisado o conhecimento da história de vida dos jovens no que se refere ao seu processo de escolarização anterior à sua internação na Fundação Casa e, em alguns casos, posterior à sua saída e levantamento das principais dificuldades de frequência às aulas na rede pública, quando reinseridos por força da medida socioeducativa.

Palavras-chave: Educação; Estatuto da Criança e do Adolescente; Medida socioeducativa.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
CAPITULO I. O PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO DOS JOVENS	10
CAPÍTULO II. SINASE E A ESCOLARIZAÇÃO EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE ...	14
CAPÍTULO III. METODOLOGIA.....	17
CAPÍTULO IV. DISCUSSÃO E RESULTADOS	19
CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	32
ANEXO A – Roteiro de Entrevistas	35
ANEXO B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	36

INTRODUÇÃO

A simples concepção de que o adolescente é aquele que está no período da puberdade, a etapa entre a infância e a idade adulta tem sido questionada. Para a melhor compreensão da adolescência se faz necessário analisar a amplitude dos critérios que os definem, como por exemplo os aspectos sociais, biológicos, psicológicos e culturais.

Uma forma diferente da hegemônica de compreender a adolescência pode ser observada na perspectiva sócio histórica, Fonseca e Ozella (2010) definem a adolescência como:

Assim, a adolescência é compreendida como um momento de um processo e, como tal, em construção, que pode ser diferente do que está sendo para o próprio adolescente e para uma sociedade. É entendido como não natural e universal, mas produto de sua história de vida, enquanto sujeito pertencente a um grupo social, a uma cultura, da qual recebe influência e sobre a qual age dialeticamente; não desenvolvimentista, pois cada sujeito o vivenciará de uma maneira, dependendo de suas interações sociais, do desenvolvimento de seus interesses, de suas necessidades e da significação que as mudanças biológicas têm ou tiveram; e não patológico, no sentido de que não vivenciar as mesmas coisas que outro adolescente - por exemplo, a chamada crise da adolescência - pode ser saudável, possibilitando que cada um seja sujeito de sua própria história, capaz de fazer suas escolhas dentro de suas possibilidades objetivas e subjetivas, desenvolvendo uma autoconsciência e autonomia diante do contexto. (FONSECA e OZELLA, 2010, p. 413)

Entretanto, esta concepção não pode ser observada em legislações anteriores ao Estatuto da Criança e do Adolescente, como o Código de Menores que surgiu no ano de 1927 e sendo a partir deste que são criadas medidas específicas para as crianças e adolescentes brasileiros, diferenciando-se das medidas para os adultos. Posteriormente, com o objetivo de combater a criminalidade infanto-juvenil, foi criado o Serviço de Atendimento dos Menores (SAM) na década de 1940, que tempos depois se tornou inadequada em relação ao tratamento que era proporcionado aos jovens. Já em 1963, houve uma proposta de abolir o Serviço de Atendimento dos Menores criando uma fundação onde envolvesse as políticas referentes às crianças e adolescentes do Brasil. Junto com o Golpe Militar no ano seguinte (1964), foi criada a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor e em seguida a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FERREIRA, 2010). Villasbôas (2012) traz em seu artigo que o objetivo principal da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor era atuar com a internação dos menores que cometessem

alguma infração, assim como aqueles em que estavam em situação de vulnerabilidade.

Em 1979 o Código de menores foi reformulado, vigorando até 1990, quando foi aprovado o, ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) com uma proposição de lei referente à proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes. Ainda sobre a concepção do que seja adolescência, o Estatuto da Criança e do Adolescente os definem como:

Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.(BRASIL, ECA,1990)

Estabelecido o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor deixou de atender crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, atendendo somente aqueles que de fato cometessem alguma infração e a nomenclatura da instituição mudou, em 2006, para Fundação CASA - Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente, onde as medidas socioeducativas de privação de liberdade são, em tese, asseguradas com base no Estatuto da Criança e do Adolescente e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, além de atendê-los próximo a família para facilitar a reinserção social (SÃO PAULO, 2014).

Outro conceito importante neste contexto de estudo se refere a políticas públicas, principalmente pela reflexão sobre as políticas de educação voltadas para os adolescentes no Brasil. O conceito de políticas públicas compreende a presença das estruturas de poder e dos conflitos que estão incutidos no Estado, elas são definidas, implementadas, reformuladas baseadas nas vivências da sociedade/Estado (AZEVEDO, 2004). O código de menores surgiu no ano de 1927 e é a partir deste que são criadas medidas específicas para os menores de 18 anos, diferenciando-se das medidas para os adultos, com foco na regularização da

situação (doutrina da situação irregular) e não na implementação de políticas públicas que visassem os direitos.

Somente 63 anos depois, em 1990, que surge o ECA (BRASIL, 1990), para legalmente superar a doutrina da situação irregular. Menin (2005), declara que objetivo do ECA é:

[...] colocar todas as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos fundamentais, de definir-lhes as condições essenciais de crescimento, de sociabilidade e de educação, de prever tratamento especial, diferente daqueles dos adultos, aos jovens infratores, possibilitando-lhes condições adequadas de reeducação e acesso à justiça.” (MENIN, 2005, p. 148).

Em consonância, as medidas socioeducativas consistem na garantia da reinserção do jovem autor do ato infracional ao meio social. As possíveis medidas estão descritas no artigo 112:

- I. Advertência;
- II. Obrigação de reparar o dano;
- III. Prestação de serviços à comunidade;
- IV. Liberdade Assistida;
- V. Inserção em regime de semi-liberdade;
- VI. Internação em estabelecimento educacional
- VIII. Qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI. (ECA, BRASIL, 1990).

Há alguns requisitos a serem cumpridos na medida socioeducativa em meio aberto e caso os jovens os descumpram há a possibilidade de sofrerem a progressão na medida como sanção, sendo determinada a internação. A medida de progressão pode ocorrer quando os jovens deixam a privação de liberdade e passam a cumprir uma medida socioeducativa em meio aberto, serem obrigatoriamente incluídos na escola e acompanhados pela equipe dos CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social).

Em uma breve pesquisa no acervo da biblioteca do campus da UNESP em Rio Claro, fica perceptível que a adolescência é pouco vislumbrada, enquanto objeto de estudo. Mesmo dentro de uma universidade onde a maior parte das graduações são de licenciaturas, ou seja, direta ou indiretamente haverá um relacionamento maior no âmbito educacional com os adolescentes. A maioria das obras encontradas sobre adolescência/juventude são voltadas para a área da saúde como, por exemplo, gravidez e sexualidade, as obras que objetivam a melhoria na prática

escolar e políticas públicas voltadas à esse público, são ainda em menor quantidade.

Isso mostra o quão importante se faz um aprofundamento de compreensão em relação aos sentidos que os adolescentes constroem em seu desenvolvimento pois é nesta fase de transformação que se constitui mudanças importantes na estrutura da personalidade, além disso, o interesse em estudar a adolescência, em sua grande maioria é de entender esse processo de aquisições e motivações da sociedade em que vivemos atualmente (OSORIO, 1992).

|

CAPITULO I. O PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO DOS JOVENS

Rotineiramente, ouvimos e presenciamos situações que comprovam a precarização das escolas publicas, tanto no que se refere à estrutura física, aos profissionais atuantes e às metodologias de ensino. O Estatuto da Criança e do Adolescente garante no artigo 53 que:

- “A criança e o adolescente têm direito à educação, visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:
- I. igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
 - II. direito de ser respeitado por seus educadores;
 - III. direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
 - IV. direito de organização e participação em entidades estudantis
 - V. acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.” (ECA, BRASIL, 1990)

Assegurado pela Constituição Federal, a criação Lei de Diretrizes Básicas da Educação Brasileira - LDB (BRASIL, 1996), reafirma o direito à educação e regulamenta o sistema educacional brasileiro, seja ele público ou privado. É fato o despreparo da grande parte dos profissionais da área em relação à aplicabilidade do Estatuto da Criança e do Adolescente assim como o cumprimento da Lei de Diretrizes Básicas da Educação Brasileira – LDB (BRASIL, 1996), visto que alguns desses direitos ainda são violados. Mendez (2006) afirma que o Estatuto da Criança e do Adolescente enfrenta duas crises, uma crise de implementação onde há uma dificuldade em financiar as políticas sociais básicas e a outra crise é a de interpretação, relacionada com a natureza política e cultural. O autor também declara que o financiamento voltado ao social poderia ajudar a resolver os problemas sociais, o não financiamento gera a crise de implementação e consequentemente amplia a crise de interpretação.

O que temos visto, na sua maioria, é que a escola tem como base o modelo tradicional da Didática Magna, elaborada por Jan Amos Comenius no século XVII, sendo seu maior objetivo ensinar tudo a todos, porém, houve distorções dessa didática que nos leva a refletir a proposta de Comenius com a atual conjuntura. (MUNAKATA, 2001). Monção (2011) relata toda a trajetória e objetivos de Comenius em relação à escola, visto que em sua época o caos se instalava nesse ambiente.

Partindo para os princípios pedagógicos que temos na escola hoje, concordamos com a afirmação da autora ao afirmar:

“A gestão educacional só pode ter como fim o pedagógico e, portanto, a busca da educação para a democracia. Esta, por sua vez, exige a democratização das relações internas da escola, seja no que tange ao interior da sala de aula, seja no que se refere às relações estabelecidas entre os diferentes sujeitos que compõem a escola – estudantes, professores, famílias e profissionais de apoio. No que tange à sala de aula, é um desafio adentrar nesse universo, pois é considerada por muitos professores como seu território exclusivo de patrimônio, caracterizando uma visão de escola fragmentada, setorizada e guiada por interesses pessoais, distante de uma proposta coletiva e dos objetivos sociais do ensino, muito diferente do que foi preconizado por Comenius ao qualificar a escola como “oficinas de humanidade” (MONÇÃO, pag. 10, 2011)

Vale lembrar a necessidade de romper o autoritarismo presente no âmbito escolar e que há anos vem se repetindo o modelo tradicional da escola que pouco se adaptou a modernidade e podemos ver os resultados negativos em relação ao analfabetismo funcional, o grande número de evasão escolar, dificuldade da reinserção escolar e os aspectos que permeiam a trajetória escolar dos jovens em questão.

É evidente a numerosa quantidade de jovens que se evadiram da escola e/ou estão com defasagem escolar, o que muitas vezes pode estar ligado aos casos de repetência. Alves, Ortigão e Franco (2007), tratam a repetência e o fracasso escolar como um fenômeno social complexo onde há uma interação das características da escola, aluno e família:

[...] A preocupação com o chamado “fracasso escolar”, principalmente das crianças pobres, deu origem a inúmeras pesquisas nas últimas décadas. Patto (1996), com base em ampla revisão de literatura, mostra que as explicações dadas para esse “fracasso” ao longo da história apresentam diferentes ênfases, destacando-se as deficiências do aluno (de origem médica ou psicológica), os fatores intra-escolares e a carência cultural do ambiente em que vive, sendo que esta última prevalece, ainda que sob diferentes feições, até os nossos dias. (ALVEZ; ORTIGÃO; FRANCO, 2007, p. 163)

As autoras Padovani e Ristum (2013) estabelecem um breve relato do possível motivo em que essa evasão acontece. São citados dois problemas relevantes, sendo um deles o fato de, a escola não estar preparada para receber esses alunos que são rotulados como problemáticos, violentos e incapazes. Outro problema é a questão da evolução tecnológica, onde as informações são acessadas

com facilidade e rapidez, segundo os próprios adolescentes a escola fica sem atrativos e ultrapassada, ou seja, a falta de interesse dos alunos é promovida pela própria estrutura escolar/educacional em que o adolescente está inserido.

A partir do momento em que a escola generaliza/massifica os alunos, não levando em consideração as especificidades e não atendendo-os de modo que não haja exclusão, ela afasta o jovem desse processo de escolarização. Em consonância, analisando o contexto de precariedade desses jovens, surge a necessidade de trabalhar para o próprio sustento e o da família e há uma enorme dificuldade em conseguir conciliar o estudo com o trabalho. Uma vez que a escola não lhe atrai e não há perspectiva de vida, os jovens optam por abandoná-la e permanecem exercendo atividades remuneradas e precarizadas, tornando-o vulnerável para o ato infracional.

Sobre os jovens autores de ato infracional, há um fato comum entre eles, a relação com a família. Segundo a pesquisa feita por Feijó e Assis (2004), grande parte dos jovens dentro da Fundação Casa não possui boa relação com a família, principalmente com o pai. A imagem negativa do pai se forma pelo fato da maioria dos jovens terem sofrido algum tipo de punição exagerada e/ou exclusão dentro da própria casa pelo pai e pouquíssimas vezes pela mãe, na maioria dos casos a mãe é vista como porto seguro, inspiração e incentivo.

Diante desse contexto, acaba gerando uma insensibilidade à dor alheia, falta de culpa e quebra de um vínculo importante uma vez que a família é fonte principal de controle e orientação, além da agravação da carência emocional. O fator da escolaridade dos pais também é influenciador. Nessa mesma pesquisa de Feijó e Assis (2004), é relatado a questão da escola na vida desses jovens, onde todos os entrevistados possuíam defasagem escolar, sendo por repetência, por problemas com os professores ou por terem que mudar de escola e acabavam desistindo pela distância ou pela readaptação.

Pensando nesse contexto familiar, a vulnerabilidade está presente uma vez que os jovens muitas vezes presenciam várias formas de violência dentro de casa. A exploração, construção social da personalidade, o comportamento, as situações de rua, a violência no contexto escolar desses jovens pode ser agravada com a vulnerabilidade ao uso de drogas, problemas com a saúde, atos infracionais e demais problemas sociais.

Ainda sobre a violência escolar, pode haver uma transferência de violência vinda da família para outros âmbitos. Silva e Salles (2010) conceituam a violência como um ato de brutalidade, tanto física quanto psíquica contra alguém, além da violência simbólica que acontece através de representações que possam ser interpretadas como ameaça, ou seja, o que especifica as violências são as formas de violação de direitos que contribuem para as desigualdades na sociedade atual brasileira. A violência no âmbito escolar parece constante e por vezes banalizada que muitas vezes alguns atos não são considerados como violência.

Silva e Salles (2010) também apresentam algumas possíveis causas da prática violenta no cotidiano escolar, como exemplo a conservação dos mecanismos de exclusão social, o descrédito dos alunos em atingir os objetivos que a escola impõe. Os alunos não compreendem o benefício como algo lúdico e a não valorização do diploma para o mercado de trabalho. Outro fator destacado pelas autoras que pode ser contribuinte para a violência, é a localização geográfica da escola.

|

CAPÍTULO II. SINASE E A ESCOLARIZAÇÃO EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativa (SINASE), foi criado em 2006 com o intuito de ser um articulador entre os três níveis do governo a fim de desenvolver os programas de atendimento, determinar responsabilidades e competências dos conselhos de direito das crianças e adolescentes, desenvolver ações socioeducativas tendo como subsidio os direitos humanos, ou seja:

O SINASE é o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração de ato infracional até a execução de medida socioeducativa. Esse sistema nacional inclui os sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todos as políticas, planos, e programas específicos de atenção a esse público. (BRASIL, 2006)

No que concerne à área pedagógica, o SINASE considera importante que as ações socioeducativas possibilitem ao jovem sua autonomia e:

[...]capaz de se relacionar melhor consigo mesmo, com os outros e com tudo que integra a sua circunstância e sem reincidir na prática de atos infracionais. Ele deve desenvolver a capacidade de tomar decisões fundamentadas, com critérios para avaliar situações relacionadas ao interesse próprio e ao bem-comum, aprendendo com a experiência acumulada individual e social, potencializando sua competência pessoal, relacional, cognitiva e produtiva.(BRASIL, 2006, pag.46.)

Para que isso ocorra, é evidenciado que o projeto pedagógico deve ser construído com a colaboração de todos os componentes, diagnosticando a realidade dos jovens, culturalmente e pedagogicamente. Com isso, é estipulado pelo SINASE, nos casos de internação, uma equipe mínima para atender até 40 alunos, composta por 1 diretor, 1 coordenador técnico, 2 assistentes sociais, 1 advogado, 1 pedagogo, profissionais necessários para desenvolver outras atividades relacionadas à, por exemplo, saúde, esporte, escolarização e 1 socioeducador a cada 3 ou 4 alunos. (BRASIL, 2006). Contudo, as salas de aulas são *disseriadas*¹, com base em uma pedagogia de projetos e compostas por um número reduzido de alunos se comparado com as escolas tradicionais fora da Fundação Casa (SÃO PAULO, 2010).

¹ Com a Resolução/SEE 109/2003, o Projeto Educação e Cidadania (PEC) organizou a proposta de escolarização disseriada para contemplar o atendimento em privação de liberdade, atendendo ao caráter transitório de permanência do aluno na Unidade, com metodologias diferenciadas, reflexivas e com uma proposta de trabalho com finitude diária. (SÃO PAULO, 2010)

Em consonância, Viana e Bizinoto (2013) declaram a importância da formação continuada para os atores sociais, buscando frequentemente a capacitação e atualização dos mesmos em relação ao tema criança e adolescente, ressaltam ainda que deve haver:

Um preparo especial que distancie os técnicos de concepções repressoras e assistencialistas, na tentativa de cada vez mais se afastar da ideologia do Código de Menores, em que se menosprezava o adolescente em conflito com a lei, o caracterizando de menor delinquente, um desviado da sociedade. Tem por intuito buscar uma melhor compreensão de sua condição em todas as dimensões: fase da vida, ambiente de origem, família, círculo social, classe social, formação escolar, formação emocional e psicológica. (VIANA; BIZINOTO, 2013, pag. 178)

Nas diretrizes pedagógicas, o SINASE (BRASIL, 2006) ressalta vários aspectos que devem ser obedecidos para que se alcance o objetivo de formar um jovem crítico, que participe das decisões, democraticamente, que os cercam tanto dentro da Fundação Casa e posterior a sua saída, deve-se pontenciar os adolescentes como sujeitos capazes e hábeis em sua individualidade. As ações socioeducativas devem ser organizadas considerando a ética, as situações cotidianas, além da postura dos profissionais onde a formação do vínculo é citado como um dos aspectos essenciais para a melhoria da relação educador e adolescente, além disso, fica ressaltado que:

A diretividade pressupõe a autoridade competente, diferentemente do autoritarismo que estabelece arbitrariamente um único ponto de vista. Técnicos e educadores são os responsáveis pelo direcionamento das ações, garantindo a participação dos adolescentes e estimulando o diálogo permanente. (BRASIL, pag. 48, 2006)

No que tange a internação na Fundação Casa, o Estatuto da Criança e do Adolescente declara nos artigos 121 ao 125 que os adolescentes devem ser tratados com respeito e dignidade, tem o direito de realizar atividades pedagógicas, de cultura, de lazer e que devem ser internados em local próximo à residência dos pais ou responsáveis. A entidade deve ser exclusiva para adolescentes, com condições de higiene e salubridade. Ainda sobre o espaço físico, é determinado no SINASE que:

O espaço físico e sua organização espacial e funcional, as edificações, os materiais e os equipamentos utilizados nas Unidades de atendimento socioeducativo devem estar subordinados ao projeto pedagógico, pois este interfere na forma e no modo de as pessoas circularem no ambiente, no processo de convivência e na forma de as pessoas interagirem, refletindo, sobretudo, a concepção pedagógica, tendo em vista que a não observância poderá inviabilizar a proposta pedagógica. (BRASIL, 2006, pag. 48).

Cabe ressaltar que a Fundação Casa também deve oferecer educação profissional, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente, do artigo 60 ao artigo 69, junto ao SINASE que estabelece às instituições possibilitar:

[...]formação profissional no âmbito da educação profissional, cursos e programas de formação inicial e continuada e, também, de educação profissional técnica de nível médio com certificação reconhecida que favoreçam sua inserção no mercado de trabalho mediante desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes. A escolha do curso deverá respeitar os interesses e anseios dos adolescentes e ser pertinente às demandas do mercado de trabalho. (BRASIL, 2006, pag. 64)

Além da formação profissional, o SINASE garante ao adolescente o encaminhamento ao mercado de trabalho realizando parcerias com a Secretaria de Trabalho, convênios com empresas públicas ou privadas e promovendo orientações/capacitação acerca dos direitos e deveres trabalhistas.

CAPÍTULO III. METODOLOGIA

Considerando os pressupostos dos sentidos e significados da escola/educação construídos por jovens que passaram pela privação de liberdade na Fundação Casa (SP) e que cumprem medida socioeducativa em meio aberto, buscamos conhecer o contexto social, histórico de vida anterior à Fundação Casa, durante a internação e posterior à sua saída, analisar as principais hipóteses da dificuldade à frequência escolar, assim como sua trajetória e possível fracasso, além disso, buscamos compreender o trabalho pedagógico assim como as dificuldades relatadas pelos adolescentes.

O trabalho consiste em uma pesquisa qualitativa onde foram realizadas entrevistas semi-estruturadas partindo do princípio de que é possibilitado ao entrevistado responder livremente sobre o tema que lhe foi proposto, sem qualquer tipo de condição sugerida pelo pesquisador (MINAYO, 2000).

Considerando que a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisas com seres Humanos, ao realizar as entrevistas, foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para os adolescentes, assinado pelos pais ou responsáveis, garantindo assim total sigilo de suas identidades, portanto todos os nomes citados nessa pesquisa são fictícios.

Os jovens são de um mesmo município do interior paulista e foram entrevistados em uma sala cedida pelo Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), depois do horário pré agendado para o atendimento com as psicólogas. Muitas entrevistas foram remarçadas, em alguns casos mais de uma vez, pela falta do comparecimento dos jovens que se justificavam pelo esquecimento, problemas com o transporte ou tempo.

Antes de iniciar as entrevistas, apresentamos novamente o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para os adolescentes, esclarecendo quaisquer dúvidas e pedindo a autorização para que as entrevistas fossem gravadas, apenas 1 jovem recusou a gravação. Todas as entrevistas foram transcritas de forma literal, respeitando até mesmo os sinais/pausas transmitidos pelos adolescentes. Vale ressaltar que durante as entrevistas, permaneciam na sala apenas o entrevistador e o entrevistado, preservando o sigilo.

Foram 9 jovens entrevistados, do sexo masculino, com idades entre 15 e 18 anos, que já passaram pela Fundação Casa e que estavam cumprindo medida

socioeducativa em meio aberto. Conforme a tabela abaixo, apenas 1 não apresentava defasagem escolar:

Tabela 1. Idade/Serie

NOME	IDADE	SÉRIE ATUAL
Anderson	15	7º ano Ensino Medio
Felipe	18	8º ano Ensino Medio
Joaquim	15	7º ano Ensino Medio
Leonardo	17	1º ano Ensino Medio
Pedro	18	3º ano Ensino Medio
Vinicius	15	8º ano Ensino Fundamental
Vagner	17	8º ano Ensino Fundamental
Weslei	16	2º ano Ensino Medio
Wilian	18	1º ano Ensino Medio

As entrevistas foram analisadas e organizadas a partir da metodologia descrita por Aguiar e Ozella (2006) que busca a compreensão do sentido construído como, sendo um processo dinâmico, referente à forma de ser do sujeito, respeitando o seu histórico assim como as reações e sinais transmitidas pelos jovens no momento da entrevista, buscando a compreensão do sujeito como um todo.

CAPÍTULO IV. DISCUSSÃO E RESULTADOS

Durante as entrevistas, nos preocupamos em compreender a herança cultural dos jovens e respeitá-los. Grande parte dos jovens se mostrou a vontade em responder sobre a educação, a escola e outros aspectos que a permeiam temática. Só é possível compreender o sujeito a partir do entendimento dos sentidos e significados, onde o significado representa as produções históricas e sociais e o sentido conecta os episódios psicológicos que o sujeito vive diante de uma realidade (AGUIAR;OZELLA; 2006). Para Fonseca (2011, p.68), sentido e significado são: “categorias históricas que representam uma complexidade e mutabilidade em construção, decorrentes das condições concretas de vida dos sujeitos.”.

Inicialmente, tínhamos como pressuposto que os jovens não gostavam da escola. Durante as entrevistas observamos que todos eles representam a escola como um lugar importante, portanto, parecem gostar da escola como um espaço de socialização, mas não gostam da escola da maneira como ela está hoje, tanto em relação à estrutura física como as práticas pedagógicas, mas entendem o significado dela em suas vidas. De modo geral, a escola significa a ascensão social desses jovens:

A eu gosto da escola pra adquirir mais conhecimento, pra no futuro ta usando. Significa bastante coisa. Escola pra mim é tudo, porque minha vida vai depender da escola. O que eu vou seguir lá pra frente ou o que eu vou ser. (PEDRO)

Porque alem de ser bom pro futuro, pra você arrumar um emprego, ensina a lidar com as pessoas e aprende as matéria. O importante é essencial mas é, ensinar educação. Educação vem de casa, mas ensina mais a educa também...é... Melhor relacionamento com as pessoas que tão lá.(VINICIUS)

A resposta de um dos jovens se destacou entre as outras, por ser o único a afirmar que não gosta da escola, tanto em relação a sua estrutura, como os profissionais e os alunos, ele relata:

[...]Porque o problema que eu tenho é de ficar confinado com muitas pessoas. Lá na fundação que eu fiquei o psicólogo viu que meu psicológico não estava bem. A escola pra mim, eu odeio a escola. [...] Eu vivia escondido na escola. Nossa Deus me livre a escola. Eu tenho vontade de ir pra escola, mas se tivesse só eu e a professora eu ia. Deus me livre ficar com aquela molecada gritando, falando bosta. Ao invés de prestar atenção fica jogando bolinha de papel, é aquela viadagem. Parece um bando de retardado, tem que ir pra escola pra aprender e não pra brincar. A criançada fica escrevendo bilheteinho, fica mandando pra menina, porque é que não fala logo na cara o que tem pra falar? (JOAQUIM)

Podemos observar através da sua fala, as dificuldades que Joaquim vivenciou durante a sua trajetória escolar, assim como os problemas que enfrentou no âmbito familiar também relatado por ele, mesmo não havendo pergunta específica sobre a família. Apesar de afirmar o seu ódio pela escola, Joaquim na verdade entende o significado da escola, fala sobre sentir vontade em ir para a aula critica o ambiente escolar onde está inserido e fica clara a dificuldade da escola em promover a (re)inserção desse jovem.

Outros adolescentes também comentaram sobre momentos ruins que enfrentaram no início escolar e também na sua reinserção:

“AHH, quando eu entrei, me perguntaram “de onde você ta vindo?”, eu fiquei uma cotinha guardado....ah preso... o povo fica desconfiando.”(ANDERSON)

“Nossa, eu lembro que eu chorava muito, eu não gostava, mas...” (LEONARDO)

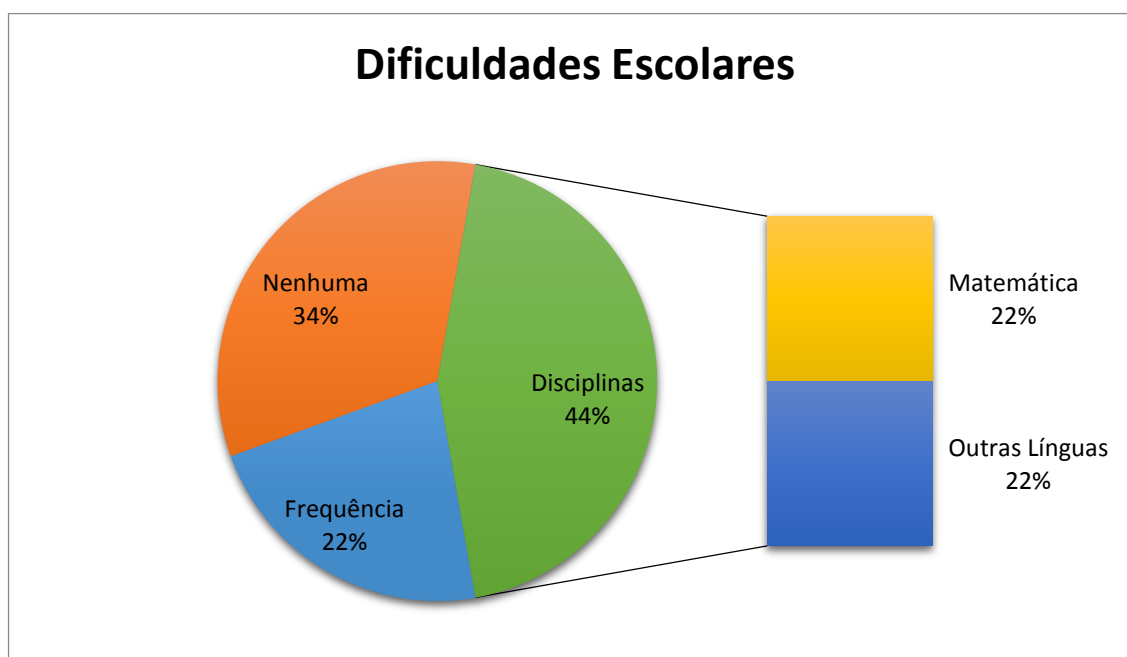
“Ah, foi triste em. Eu era meio vergonhoso né, antes. Mas depois eu fui melhorando. Ah vergonhoso eu era assim né, pra falar. Vergonha do meu jeito de ser mesmo. Tinha vergonha, era um monte de pessoas né? Nossa eu tenho vergonha, preciso aprender mas depois eu fui perdendo né...” (VINICIUS)

Para Eisenstein (2006, pag. 26) “As vivências traumáticas são marcantes e têm consequências devastadoras para o crescimento e o desenvolvimento emocional de crianças e adolescentes, além do enorme custo social e do impacto na saúde pública do Brasil”, a autora também cita quatro grupos de reações pós-traumáticas que são reações corporais, reações emocionais, reações cognitivas e reações psicossociais que podem variar de acordo com a faixa etária e

desenvolvimento dos adolescentes. Vale refletir na possibilidade dos adolescentes participantes terem sofrido algum trauma que não foi trabalhado, influenciando na dificuldade em significar a escola e nela permanecer. Os danos de uma relação professor-aluno traumática, muitas vezes só pode ser evidenciada na maneira como o jovem significa a escola, uma vez que o professor consiste no principal representante cotidiano da instituição escola em suas vidas.

Perguntamos aos adolescentes quais eram as suas maiores dificuldades em relação a tudo o que permeia a escola. Por ser uma questão ampla alguns indagavam o que exatamente deveria ser respondido, sendo que as respostas obtidas foram:

Gráfico 1. Dificuldades Escolares



Cabe explicar que também perguntamos aos adolescentes quais eram as facilidades, 3 citaram algumas disciplinas como fáceis de estudar e os outros 6 citaram que nada é fácil no âmbito escolar, afirmaram que para facilitar é preciso prestar atenção nas aulas e ter vontade. Contraditoriamente, 34% dos adolescentes alegaram que não há nenhuma dificuldade, mas também não souberam explicar as facilidades. Os outros 22% alegaram a frequência na escola a maior dificuldade e 44% citaram as disciplinas de Matemática e outras línguas como as mais difíceis de aprender. Konzen(1999) afirma que a permanência escolar é um dos maiores

desafios na educação brasileira, cita a rede de atendimento que cerca a escola com o objetivo de auxiliar essas questões e destaca um fato importante sobre o direito à educação:

“[...] o Direito à Educação não é mais tão-só o direito à vaga, mas é o direito ao ingresso, à permanência e ao sucesso. Percebe-se, portanto, que a responsabilidade pelo desenvolvimento do processo educativo pertence ao educador, papel no qual é insubstituível. A obrigação, no entanto, de velar pelo integral asseguramento do direito de ser educado envolve um conjunto de ações, para cujo desenvolvimento exige-se a participação dos pais, do professor, da direção da escola e também dos titulares das atribuições de atendimento à criança e ao adolescente em situação de dificuldade, como proposto, pelo sistema de proteção especial, com suas medidas e programas de proteção especial, no Estatuto da Criança e do Adolescente.”(KONZEN, pag. 10, 1999)

Como citado anteriormente, todos os adolescentes participantes cumpriram medidas socioeducativas em privação de liberdade, ou seja, passaram pela Fundação Casa e, à época da pesquisa ainda cumpriam a medida em meio aberto. Algumas das perguntas feitas foram sobre a vivência dos mesmos dentro da Fundação Casa, solicitando comparações com as vivências escolares antes da medida e com a reinserção na escola.

No que diz respeito aos professores, procuramos compreender a relação dos adolescentes com os profissionais, assim como qualidades que tem ou acham que deveriam ter para ser um bom professor, partindo da perspectiva dos adolescentes e suas vivências dentro e fora da Fundação Casa. De modo geral, os adolescentes elogiaram os professores que trabalham na Fundação Casa por terem mais paciência, tirar dúvidas e dar atenção sempre que preciso, não houve reclamação dos adolescentes. Diferente dos professores que trabalham nas escolas fora da Fundação que receberam por parte dos jovens diversas críticas, indicando suas representações sobre o ideal para ser um bom professor:

Ele tem que ser disciplinado, pra ele ta cobrando uma coisa da pessoa. Porque não adianta ele gritar, e a pessoa gritar e ele cobrar de você...se ele ta gritando também.(ANDERSON)

Olha, tem que ter paciência porque tem muita gente que tem dificuldade e tem que ter amor pelo que faz, pra poder passar aquilo de coração senão por isso que tem muitos alunos que não entendem o professor só quer enfiar ele não quer passar assim. Que tem dois professor que lá só por Deus só quer saber de passar texto ai ele fala: -Lê. Leitura silenciosa. Agora partir do texto responda isso pra mim. Ele não dá uma lida com a gente, sei lá, uma palavra ou outra, uma frase que ele quer acrescentar não, ele só passa e copia e faz.[...] mas tem muito professor que não ta nem ai, sabe?

Acho que não tem amor pelo que faz então ele não ensina com vontade só enche a lousa de texto e copia, to aprende o que copiando isso, entendeu? Acho que falta mais vontade dos professor, agora já não sei se é porque o governo não paga direito, vive tendo greve, entendeu? Mas sei lá. Na escola? Acho que tem que mudar também essa historia de, que nem, quando o aluno faz alguma coisa, eu já tive uma experiência assim já, quando o aluno faz alguma coisa o aluno é punido e quando o professor faz alguma coisa? Eu já vi historia de professor bater em aluno, professor xingar mãe de aluno, ai o aluno vai chorando lá que nem eu mesmo fui uma vez chorando na diretoria era pequenininho e falaram pra mim: - O professor não quis fazer isso. Agora se o aluno faz o aluno quis fazer. (LEONARDO)

“Tem que ter bastante estudo, e saber explicar as coisas de uma forma certa pra que todo mundo possa entender. Porque tem muito professor que chega la, passa matéria pro’ce copia e já era, ninguém ta entendendo mai nada. Porque chega e passa qualquer coisa, não explica nada.” (PEDRO)

“Tranquilo. Pra mim humildade, respeito e educação já ta bom! Lá dentro da fundação eles tinham essas qualidades sim. Saber explicar.[...] A porque sim, porque ate as vez os aluno da minha sala fala que não é nem preciso o professor ficar passando um monte de texto se ele saber explicar o que ele passou já ta bom.” (WESLEI)

“Ah tem que ter educação né, tem que ser um cara sério com o que faz, não ficar com palhaçada né. É que hoje em dia o povo ta com essa merda de celular, esse nhec nhec aí e não faz porcaria nenhuma. Tem professor que é cara de pau, ao invés de ensinar o que é pra passar fica com essa porcaria ai, nesse whatsapp. Eu odeio esse whatsapp.” (JOAQUIM)

Através dessas falas, é possível perceber o quão falho está o preparo dos profissionais da educação para trabalhar a (re)inserção desses alunos, gerando sofrimento e o adoecimento do professor, a perda de valores historicamente presentes na vida cotidiana e a ausência de afetividade somados à falta de incentivo financeiro e formação. Pensando na formação dos professores, ao contrário do ideal, o Estatuto da Criança e do Adolescente não é um tema frequentemente abordado nas disciplinas, há professores que buscam saber sobre o Estatuto apenas para prestarem concursos e há aqueles que mal sabem da sua existência e objetivo.

Eduardo e Egry(2010) realizaram uma pesquisa sobre a relação entre o Estatuto da Criança e do Adolescentes com os profissionais do meio, os autores declaram que os profissionais associam o Estatuto diretamente com o Conselho Tutelar, como se o Estatuto da Criança e do Adolescente resumisse quase que exclusivamente o Conselho tutelar. Ou seja, os profissionais afirmam que recorrem ao Conselho para a resolução de problemas que vão de abandono a vaga ao uso de drogas, no entanto, os autores destacam que ainda assim as práticas do Conselhos não ficam claras para esses profissionais.

Sobre a afetividade, Leite (pag. 361, 2012) compara as posições de Wallon e Vygotsky e conclui que “a relação entre a afetividade e inteligência é fundante para o processo do desenvolvimento humano”, o autor defende a afetividade como algo presente nas decisões do professor e que pode causar impactos tanto positivos quanto negativos nos alunos e afirma:

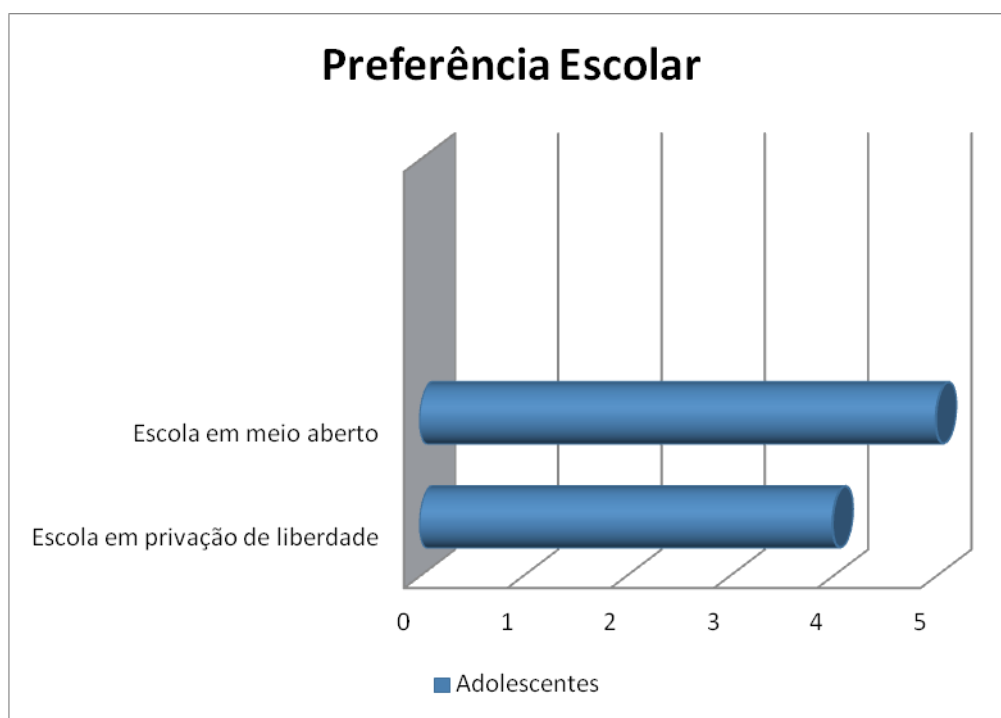
Trata-se, pois, de um fator fundante nas relações que se estabelecem entre os alunos e os conteúdos escolares. A qualidade da mediação pedagógica, portanto, é um dos principais determinantes da qualidade dos vínculos que se estabelecerão entre os sujeitos/alunos e os objetos/conteúdos escolares.[...] não é mais possível que se planejem as condições de ensino sem que se considerem os possíveis impactos afetivos que, inevitavelmente, essas condições produzem nos alunos.(LEITE, 2012,pag.365)

Em pesquisa realizada por Veras e Ferreira (2010) as autoras relatam o quanto a afetividade é importante desde a primeira infância até a vida adulta, se considerarmos a escola, até na graduação. Na pesquisa as autoras, através da percepção dos alunos, reconheceram algumas práticas pedagógicas que possibilitaram a criação do vínculo entre professor-aluno gerando a afetividade e colaborando positivamente para o desenvolvimento e processo de aprendizagem dos alunos. As práticas reconhecidas pelos alunos variam desde a percepção da dedicação e planejamento da aula antecipadamente, à atenção e interesse do professor para com o aluno, além do envolvimento durante a dinâmica em sala de aula. As autoras afirmam:

[...]tanto os professores quanto os alunos admitem que ao adotarem sentimentos de acolhimento e atenção no processo ensino-aprendizagem, bem como ao tomar decisões comprometidas com o desenvolvimento de todos, favorecendo a compreensão, aceitação e valorização do outro; possibilitam a promoção de uma experiência positiva da aprendizagem.[...]no que diz respeito aos efeitos positivos que a consideração da dimensão afetiva provoca nas atividades pedagógicas e, conseqüentemente, nas relações estabelecidas entre professor, aluno e objeto de conhecimento, em sala de aula. (VERAS; FERREIRA, pag. 234, 2010)

No que concerne ao ensino e escola dentro da Fundação Casa e fora, há uma grande contradição onde discutiremos após a tabela abaixo:

Gráfico 2. Preferência Escolar



A tabela mostra que dos 9 adolescentes entrevistados, 5 preferem a escola em meio aberto justificando a liberdade como principal fator positivo e 4 preferem a escola na Fundação Casa justificando vários motivos como positivos. Porém, quando perguntamos sobre a preferência de ensino entre os dois modelos escolares, a resposta foi unânime em que dentro da Fundação Casa há uma maior possibilidade de aprendizagem do que na escola em meio aberto. A preferência do ensino dentro da Fundação Casa pode ser identificada através das falas:

O ensino de lá é bem melhor. Tem bem mais paciência, brinca se diverte todo mundo junto. (ANDERSON)

Porque lá eles (professor) tem uma paciência com nois, senta, ajuda. (sentimento durante a aula) Mais tranquilo. Quando saiam tinha um aviso, uma sala, só criança.. e lá dentro, você já é um adolescente, que já tá amadurecendo, outros amadurecido, então era tranquilo. Aprendi mais na fundação. Porque lá os professor te dá mais atenção. Os professor, conversa com psicólogo, mais tranquilo aprende muitas coisas. (VAGNER)

Que lá também, que nem eu sempre falava, lá é bem melhor nos estudos lá você tinha como prestar atenção, como aprender lá dentro.(JOAQUIM)

Sei lá, que nem minha professora era a Neide,ela tinha vontade de ensinar entendeu? Ela tinha muita paciência, tinha um menino lá que não sabia ler e ela ensinava ele a ler.Eu acho que do ensino era muito bom.(LEONARDO)

Fui dedicado com esse negocio de escola, lá dentro. A lá você consegue aprender um pouco mais, porque são poucas pessoa. Professor da mais atenção pra você lá dentro. Aqui é muita bagunça, muita gente. 44 pessoas não tem como você aprender muita coisa. (PEDRO)

Lá exige mais sua mudança é, de você mesmo né, que nem na escola não fala muito de você né mais das disciplina. Lá fica falando das disciplina mas fala do jeito da pessoa, ensinava mais a viver na verdade.(VINICIUS)

La onde que eu tava na casa escola lá, o ensino é super melhor do que o daqui fora, por que lá é silencio, que nem la o professor ta explicando e todo mundo em silencio presta atenção bastante e la você consegue aprender mais do que aqui fora. (WESLEI)

É claro que também houve relatos negativos em relação à internação, como por exemplo o desconforto na sala de aula devido aos “guardas” na porta sempre olhando os adolescentes “ com cara de bravo” e a obrigação de frequentarem as aulas o que não é ruim de todo modo. Entretanto, fica evidente, através das falas dos adolescentes, que os profissionais da área pedagógica são mais atenciosos, respeitam a individualidades dos adolescentes, há menos alunos na sala facilitando a concentração e fazendo jus aos aspectos propostos pelo SINASE. Com relação às escolas fora da Fundação Casa, o aspecto positivo citado pelos adolescentes é o fato da liberdade de ir e vir, de poder estar junto à família e à comunidade.

Todos ressaltam os aspectos negativos como a grande quantidade de alunos por sala de aula, o preconceito que sofrem tanto dos profissionais quanto dos próprios alunos, a falta de espaço físico para a socialização entre outras questões que aparecem ao serem perguntados sobre o que deveria mudar na escola para ela se tornar mais atrativa:

A escola que eu estudo é velha em... tem que mudar umas matéria ai... a de inglês que não é muito necessária.. necessário é NE.. mas não vem muito ao caso.(ANDERSON)

A parte de construção também né. Mais ventilador pra sala, melhoras pra salas e pras escolas. É melhor né, não fica num ambiente quente. Todo mundo fica ali suando, e transpirando no mesmo lugar.(FELIPE)

A eu acho que não assim, ta de acordo ta legal, acho assim que a turma não quer muito uma vontade de aprender mesmo. Professor legal.(VINICIUS)

É que eu não tava estudando aqui agora né. Tava estudando na casa escola...Pra mim tava tranquilo lá. Com gente mais amadurecido, então não tinha o que melhorar... Mais interesse, mais interesse dos aluno, que nem nas escola, que nem na escola que eu estudo que nem agora que eu to estudando no ribeiro, lá é muita conversa,(WESLEI)

Principalmente a cabeça dos alunos eu acho, que esse negócio de , fala muita falta de respeito dos professores também, sabe? Tem professor ali que falta com respeito e tem muito aluno chato que enche a paciência, porque se eu fosse professor eu ia descer o reio em todo mundo, pensa naquela régua de madeira pensa que gostoso. Eu acho que só a mente de quem tá lá dentro porque se a gente tá lá dentro lá quer sair de lá, quer absorver alguma coisa, e tecnicamente tem que ser coisa boa porque tem gente na escola que só quer fazer coisa errada, coisa que eu nunca fiz.(LEONARDO)

De maneira geral, alguns adolescentes se culpabilizam pelo fracasso escolar, ou seja, talvez por não conhecerem escolas que trabalham com outras metodologias ou por reproduzir algumas falas ouvidas no âmbito escolar, os jovens em questão acham que só deveria mudar o interesse dos alunos e participação dos mesmos, porém se contradizem citando a falta de espaço e voz que lhes é dado. Ainda sobre a culpabilização, Pereira e Sudbrack (2008) explicam que as decepções com as escolhas e vivências dos adolescentes é que podem gerar a culpabilização pelo fracasso, construindo assim uma imagem negativa e de insegurança, como declaram:

[...] esse adolescente que vive em contexto de desagregação e exclusão social, marcado pela fragilidade dos laços sociais, pela incapacidade de organização e por um forte sentimento de insegurança, introjeta sua própria condição histórico-social como característica negativa pessoal, sentindo-se inferior, incapaz, desvalorizado. (PEREIRA; SUDBRACK, pag. 157, 2008)

Por fim, perguntamos aos adolescentes qual a importância da escola na vida do jovem, todos reconheceram que a escola é importante, de modo geral, a respostas que mais se destacaram foi:

Porque a vida inteira é um aprendizado né, a gente nasce a gente aprende a ser educado, aprende a andar, aprende a comer sozinho, e até a ir no banheiro sozinho. E que só os pais que ensinam. Daí depois vem a próxima fase, eles ensinaram o respeito a gente tem que colocar em prática tudo que eles ensinaram pra aprender coisas novas a gente tem que ir andando pra escola, tipo a ... sucessivamente, quando passa pra faculdade tudo que você aprendeu no ensino médio você vai usar na faculdade. Entendeu? Ai depois passa pro trabalho, você não trabalha sabendo tudo você ganha experiência a partir do que você já fez antes eu acho que é isso.(LEONARDO)

Por que hoje pra você ser importante, você tem que estudar. Tem que frequentar uma universidade, fazer algum Enem, pra fazer alguma coisa no futuro. (Sobre ter feito o enem) Não tão fácil, mas também não é difícil. Quero fazer geologia. Tenho isso na minha cabeça.(PEDRO)

Porque a escola é tudo na vida dele, se ele não tiver escola como ele vai arrumar serviço se ele não tem o estudo dele? Vai .. não tem como ele ser

nada na vida, nem um lixeiro assim, nao to falando mal da profissão, mas que é difícil.(VAGNER)

Com certeza, é a coisa mais importante do que ficar com esses bostinha aí, fumando maconha no meio da rua. Deus me livre. é importante pra você ser alguém na vida, ter uma puta muié bonita na vida aí, tem uma financeira boa aí, ter sua casa, ter seu filho e não ficar igual essas tranqueira aí, roubando os outros aí, não ter nem onde cair morto aí, um zé ruela do caraio aí, Deus me livre!(JOAQUIM)

É nítido que os adolescentes veem a escola como um passaporte único e obrigatório para a ascensão social, todos explicaram que só vão conseguir um emprego bom, ser alguém na vida se concluírem a etapa escolar e apenas dois adolescentes relataram sobre o desejo de fazer uma faculdade para obter ainda mais sucesso na vida profissional e pessoal. Pinheiro(2013) explicita sobre esse desejo pela ascensão social através da escola:

Nas famílias das classes populares, há uma compreensão dos limites de suas possibilidades de ascensão social por meio da escola, limites aos quais elas devem se adaptar e que reproduzem as desigualdades sociais demarcadas pelos diversos tipos de ensino.[...] estrutura das oportunidades de ascensão social e, mais precisamente, das oportunidades de ascensão pela escola, condicionam as atitudes frente à escola – atitudes que contribuem para definir as oportunidades de se chegar à escola, aderindo a seus valores para obter êxito. Desta forma, torna-se possível lograr uma ascensão social, que ocorre por intermédio de esperanças subjetivas (partilhadas por todos os indivíduos definidos pelo mesmo futuro objetivo e reforçados pelos apelos à ordem do grupo) que não são senão as oportunidades objetivas intuitivamente apreendidas e progressivamente interiorizadas. (PINHEIRO, 2013, pag. 99)

Também é possível identificar reprodução de falas relacionadas à educação profissional preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, o SINASE e contradições com a realidade. Vinicius relata sobre a importância da escola da vida do jovem:

Muito importante. Alem de ser bom pro futuro né, arrumar um emprego melhor, o lado assim de condições, ajuda né a vive a respeita, que nem se você for trabalhar, a escola ensina você a se relacionar com o pessoal do trabalho, em cada situação.(VINICIUS)

Vinicius reproduz em sua fala, o SINASE, que junto com a educação profissional, estabelece:

[...]possibilitar aos adolescentes o desenvolvimento de competências e habilidades básicas, específicas e de gestão e a compreensão sobre a forma de estruturação e funcionamento do mundo do trabalho. Juntamente com o desenvolvimento das competências pessoal (aprender a ser), relacional (aprender a conviver) e a cognitiva (aprender a conhecer), os adolescentes devem desenvolver a competência produtiva (aprender a fazer), o que além de sua inserção no mercado de trabalho contribuirá, também, para viver e conviver numa sociedade moderna.(BRASIL, 2006, pag. 64)

Em contrapartida, Joaquim relata:

[...]é bom pra aprender e ser alguém na vida. Desse jeito que eu to nao vou ser ninguém na vida, eu to sem ir pra escola faz mais de ano, se eu ficar fazendo tatuagem eu não vou ter um emprego que alguém me queira, todo mundo fica vendo e não quer pegar pra trabalhar.[...] É, 15 anos e mal acabado. (JOAQUIM)

Ao mesmo tempo em que o SINASE preve facilitar a inserção do jovem no mercado de trabalho, a realidade é outra uma vez que os jovens relatam a dificuldade e o preconceito que sofrem por conta dos estereótipos imposto pela sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que o pressuposto de que o aluno não gosta da escola se deu por vencido nesta pesquisa, uma vez que compreendemos que os alunos entendem a importância, as consequências que a escolarização tem para/com a sua vida e enxergam a escola como um espaço socializador, porém, sua inclusão nos moldes como acontece, não parece fazer sentido. Esse trabalho nos possibilitou a reflexão acerca das maiores dificuldades e contradições que permeiam a vida escolar desses jovens autores de ato infracional.

Há uma distância entre a teoria das políticas públicas voltadas para esses jovens e a realidade vivenciada, pouco efetiva e que necessita ser extinta. As leis preconizadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, além de outros órgãos responsáveis pela garantia de direitos precisam ser interpretadas e aplicadas na sua forma literal, com orientação e devida fiscalização para serem de fato assegurados.

Dentre vários problemas que a escola vem enfrentando, tanto em relação às teorias pedagógicas, quanto em relação ao físico/material, é nítido a urgência em (re)significar a escola. A começar no investimento que deve existir na formação dos professores e demais profissionais atuantes na área da educação, visto as práticas divergentes às consideradas ideais propostas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, além da transmissão de conhecimento para os adolescentes acerca dos seus direitos e deveres que pouco é tratado dentro da escola. Os adolescentes acabam “conhecendo” somente quando a circunstância o obriga.

O espaço físico da escola também precisa ser repensado enquanto local de socialização e democratização. O abarrotamento de alunos nas salas de aula, a falta de recursos e a precarização do ensino dificultam a dinâmica escolar, conseqüentemente potencializa a menor frequência dos jovens e o fracasso escolar aparecem nas estatísticas. Em consonância ao fracasso escolar, Pinheiro(2013) compartilha do fato de que compreender, de fato, a produção do fracasso escolar há uma complexidade muito maior onde é necessário

[...]considerarmos a totalidade das relações sociais e ir além das costumeiras teorias que concebem ora o sistema escolar como mero reprodutor da ordem vigente, ora como instrumento capaz de promover a equalização social e superar a marginalidade.(PINHEIRO, pag. 92, 2013)

Na privação de liberdade, os jovens autores de ato infracional encontram outra realidade no âmbito escolar, apesar do desconforto por justamente estarem privados de liberdade, a sala de aula possui menos alunos, há criação de vínculos entre professor-aluno, é sendo unânime a preferência pela qualidade de ensino que lhes é proporcionado na privação de liberdade, ficando nítida a vontade de aprender perante às práticas pedagógicas afetivas que os compreendem como sujeitos capazes.

Em meio aberto, o professor também enfrenta dificuldades para atender a grande demanda de alunos em sala de aula, talvez por falha na formação, ausência de reconhecimento/apoio, até mesmo falta de materiais didáticos e liberdade nas ações pedagógicas que poderiam proporcionar a criação do vínculo entre professor-aluno. Todavia, não podemos negar a existência de gestões escolares que realizam a inclusão perversa e que não há dúvidas de que precisam ser extintas.

Também é necessário transformar as teorias pedagógicas. Concordamos com Saviani (2008) sobre a emergência de uma pedagogia revolucionária:

[...]ponto correto esse que não está também na pedagogia tradicional, mas está justamente na valorização dos conteúdos que apontam para uma pedagogia revolucionária; pedagogia revolucionária esta que identifica as propostas burguesas como elementos de recomposição de mecanismos hegemônicos e se dispõe a lutar concretamente contra a recomposição desses mecanismos de hegemonia, no sentido de abrir espaço para as forças emergentes da sociedade, para as forças populares, para que a escola se insira no processo mais amplo de construção de uma nova sociedade. (SAVIANI, pag. 46, 2008)

É fato que a maioria das escolas não estão preparadas para receberem esses jovens autores de ato infracional, os mesmos relatam o descaso, a falta de respeito e de compreensão perante o seu histórico sociocultural. Os jovens querem ser ouvidos e tem dificuldade de encontrar quem os ouça. A escola precisa urgentemente ser (re)significada, extinguir a divisão social de classes, as políticas públicas destinadas a esse público precisam ser de fato cumpridas, os direitos precisam ser efetivamente garantidos, para que esses jovens não precisem chegar à privação de liberdade para despertar novos olhares para a educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, F.; ORTIGAO, I; FRANCO, C. Origem social e risco de repetência: interação raça-capital econômico. **Cad. Pesqui.** [online]. 2007, vol.37, n.130, p. 161-180.

AZEVEDO, J. M. Lins de. **A educação como política pública: Polêmicas do nosso tempo.** 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2004. 78 p.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei 8069, 1990.

BRASIL. **Ministério de Educação e Cultura.** LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC. 1996.

BRASIL. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase).** Resolução nº 119. 2006.

EDUARDO, Lara de Paula; EGRY, Emiko Yoshikawa. Estatuto da Criança e do Adolescente: a visão dos trabalhadores sobre sua prática. **Rev. esc. enferm. USP,** São Paulo , v. 44, n. 1, p. 18-24, Mar. 2010 .

EISENSTEIN, E. Traumas e suas repercussões na infância e na adolescência. **Adolesc Saude.** 2006;3(2):26-28

FEIJÓ , M. C.; ASSIS, S. G. de. O contexto de exclusão social e de vulnerabilidades de jovens infratores e de suas famílias. **Estudos de Psicologia,** jan.-abr., 2004. 157-166 p. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26190117>> Acesso em: 05 de mar. de 2015.

FONSECA, D.C.; OZELLA, S. As concepções de adolescência construídas por profissionais da Estratégia de Saúde da Família (ESF). **Interface - Comunicação., Saude, Educ.,** v.14, n.33, p.411-24, abr./jun. 2010.

KONZEN, Afonso Armando. O direito à educação escolar. In: BRANCHER, Leoberto Narciso; RODRIGUES, Maristela Marques; VIEIRA, Alessandra Gonçalves. **O direito é aprender.** Brasília: Fundescola/projeto Nordeste, p. 9-15., 1999.

LEITE, Sérgio Antônio da Silva. Afetividade nas práticas pedagógicas. **Temas em Psicologia**, [s.l.], v. 20, n. 2, p.355-368, 2012.

MENDEZ, Emilio Garcia. Evolución histórica del derecho de la infancia: por que uma história de los derechos de la infancia. In: **Justiça, adolescente e ato infracional: socioeducação e responsabilização**. ILANUD, 2006.

MENIN, M. S. de S.. **Representações sociais de leis, crime e injustiça em adolescentes**. Campinas: Mercado de Letras, pag. 167, 2005.

MONÇÃO, Maria Aparecida Guedes. Comenius e os desafios da educação contemporânea: em foco, a gestão escolar democrática. In: **XXV SIMPÓSIO BRASILEIRO POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO**, 25., 2011, São Paulo. Simpósio. São Paulo: Ampae, p. 01 – 13, 2011.

OSORIO, L. C.. **Adolescente hoje**. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, p. 103, 1992.

PADOVANI, A. S.; RISTUM, M. A escola e a construção da identidade de adolescentes autores de ato infracional. **Revista Entreideias: Educação, Cultura e Sociedade**, Salvador, v. 2, n. 1, p.151-167, jun/dez de 2013.

PEREIRA, Sandra Eni Fernandes Nunes; SUDBRACK, Maria Fátima Olivier. Drogadição e atos infracionais na voz do adolescente em conflito com a lei. **Psic.: Teor. e Pesq., Brasília** , v. 24, n. 2, p. 151-159, Jun. 2008.

PINHEIRO, Veralúcia. A educação e os jovens em conflito com a Lei. In: SOUSA, Sônia M. Gomes. Adolescentes Autores de Ato Infracionais: **Estudos Psicossociais**. Goiania: Puc Goias, p. 85-102, 2013.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento – pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo/Rio de Janeiro, 2000. HUCITEC/ABRASCO. 7ª. ed.

MUNAKATA, Kazumi. Educação e modernidade: sob as figuras do relógio e da tipografia. **Educ. rev.**, Curitiba , n. 18, p. 43-52, Dez. 2001 .

SÃO PAULO. Fundação Casa: **Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente**. 2010. Disponível em:
<<http://www.fundacaocasa.sp.gov.br/Default.aspx> >. Acesso em: 04 mai 2015.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2008. 112 p.

SILVA, J. M. A. P.; SALLES, L. M. F., orgs. **Jovens, violência e escola: um desafio contemporâneo** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 182 p.

VENERA, Raquel Alvarenga Sena. Sentidos da educação cidadã no Brasil. **Educ. rev.**, Curitiba , n. 34, p. 231-240, 2009 .

VERAS, R. S.; FERREIRA, S. P. A. A afetividade na relação professor-aluno e suas implicações na aprendizagem, em contexto universitário. **Educar em Revista**, Editora UFPR , Curitiba, Brasil, n. 38, p. 219-235, set./dez. 2010.

VIANA, Edson Lucas; BIZINOTO, Kelly. A proteção integral de adolescentes em conflito com a Lei sob à luz do Estatuto da Criança e do Adolescente e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. In: SOUSA, Sônia M. Gomes. Adolescentes Autores de Ato Infracional: **Estudos Psicosociais**. Goiania: Puc Goias, p. 163-182, 2013.

VILAS-BÔAS, R. M. **Compreendendo a criança como sujeito de direito: a evolução histórica de um pensamento**. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XV, n.101, jun 2012.

ANEXO A – Roteiro de Entrevistas

- 1 - Você gostava/gosta da escola? Porque? O que ela significa para você?
- 2 - Você se lembra quando entrou na escola? Como foi?
- 3 – Quais são as suas dificuldades em relação aos estudos? E facilidades?
- 4 – Quais foram os momentos mais marcantes para você na escola?
- 5 – O que você acha que falta/faltou na escola para ela se tornar um lugar mais agradável?
- 6 – Como era sua relação com seus amigos na escola? E com os professores? E com os funcionários?
- 7 – Que qualidades você acha que é preciso ter para ser um bom professor? Você acha que seus professores tinham essas qualidades? Porquê?
- 8 – O que deveria mudar na escola? O que te faria ter vontade de frequentar as aulas?
- 9- Você considera que a escola é importante na vida de um jovem? Por quê?
- 10 – Você acha que reduzindo a idade penal os jovens se envolverão menos com atos infracionais?

ANEXO B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(Conselho Nacional de Saúde, Resolução 466/12)

Convidamos seu filho/filha ou adolescente sob sua responsabilidade para participar da pesquisa de Iniciação Científica “Sentidos de escola e de educação construídos por jovens em cumprimento de medida socioeducativa”, desenvolvida pela aluna Clara M de Barros, do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual Paulista sob orientação da Profa. Dra Débora Cristina Fonseca, do Departamento de Educação, dessa mesma universidade (UNESP/ Campus Rio Claro- SP).

Esta pesquisa tem por objetivo compreender o sentido que a escola/educação tem para os adolescentes/jovens que estão em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto. A participação de seu (a) filho (a) ou adolescente sob sua responsabilidade nesta pesquisa consistirá em responder perguntas em uma entrevista. Durante a entrevista o seguinte ocorrerá: iremos fazer perguntas e ouvir suas respostas, sendo elas gravadas. Seu filho (a) ou adolescente/jovem sob sua responsabilidade tem o direito de recusar a gravação, prosseguindo a entrevista, que será anotada pela pesquisadora. Esta entrevista será realizada numa sala fechada, onde somente a pesquisadora e o jovem/adolescente estarão presentes.

Os riscos em participar desta pesquisa são mínimos, podendo haver eventual desconforto ou constrangimento diante de alguma pergunta. Para minimizar essa possibilidade de risco de desconforto ou constrangimento, adequamos as perguntas ao nível de escolarização dos participantes e orientamos os mesmos para responderem apenas as questões que se sentirem confortáveis, podendo, inclusive, deixar de responder a uma pergunta ou desistir de sua participação, sem qualquer prejuízo ou consequência para ele ou para você. Os benefícios desta pesquisa consistem em trazer um maior conhecimento sobre as dificuldades de permanência na escola de jovens em cumprimento de medida socioeducativa.

Lembramos que é um direito do seu(a) filho(a) e seu desistir da participação na pesquisa em qualquer momento e por qualquer razão, sem qualquer prejuízo para vocês. Esclarecemos e garantimos que a identificação de seu (a) filho (a) ou adolescente/jovem sob sua responsabilidade e sua serão mantidos em sigilo e os resultados obtidos por meio

da pesquisa serão utilizados apenas para alcançar os objetivos científicos, expostos acima, incluída sua publicação na literatura especializada. Em caso de dúvida ou para obter maiores esclarecimentos sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato, em qualquer momento que julgar necessário, com as pesquisadoras ou com o Comitê de Ética em Pesquisa. Os dados para contrato encontram-se no final desse documento.

Ressaltamos que você e seu (a) filho (a) ou adolescente/jovem sob sua responsabilidade não terão qualquer forma de despesa, bem como não serão remunerados para participar da presente pesquisa.

Se você se sentir suficientemente esclarecido sobre essa pesquisa, seus objetivos, eventuais riscos e benefícios, convido-o (a) a assinar este Termo, elaborado em duas vias, sendo que uma ficará com você e outra com o pesquisador(a).

Data ____/____/____

Assinatura do Pesquisador Responsável
responsável/

do

Assinatura do
Representante legal
participante

Dados sobre a Pesquisa:

Título do Projeto: "Sentidos de escola e de educação construídos por jovens em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto"

Pesquisador Responsável:

Débora C. Fonseca (Pesquisadora Responsável); RG: 21.354.277-8; Professora da área de Psicologia; Departamento de Educação – UNESP/Rio Claro. Endereço: Av. 24 A, 1515; fone(19) 3526-4272, e-mail: deboracf@rc.unesp.br.

Aluno/Pesquisador:

Clara Mauerberg de Barros (Aluna pesquisadora); RG: 41550624-4; Aluna no Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia – UNESP/Rio Claro. Endereço: Av. 24A, 1515; fone (19)35264272.

Dados sobre o participante da Pesquisa:

Nome: _____

Documento de Identidade: _____

Sexo: _____ Data de Nascimento: ____ / ____ / ____

Endereço: _____

Telefone para contato: _____